

- CXXIII -

NOVAS REGULAÇÕES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR? DE ACREDITAÇÕES, *RANKINGS* INTERNACIONAIS E PROVAS GLOBAIS

Gladys Beatriz Barreyro

Universidade de São Paulo, Brasil

gladysb@usp.br

O trabalho trata das políticas de educação superior, orientadas em torno da temática da qualidade e de seus desdobramentos nas políticas de avaliação e acreditação deste nível de educação, entre 1980 e 2016. São analisados os usos e performances do discurso da qualidade, examinando políticas (ou propostas) de avaliação da educação superior em diferentes âmbitos: global, regional e nacional.

Assim, são considerados os processos de avaliação e de acreditação da educação superior, os *rankings* internacionais de universidades e a proposta de criação de uma prova global que seria aplicada aos estudantes de alguns cursos selecionados. Inclui-se nesta análise a participação das diversas instituições de governança global da educação na proposta e elaboração dessas políticas.

Constituem referenciais teóricos da pesquisa, o conceito elaborado por Roger Dale (2004) de agenda globalmente estruturada para a educação, em que diversas instituições internacionais (OMC, OECD, BM, UNESCO) intervêm na elaboração e proposta de políticas em escala global, regional, nacional regional e nacional que geram uma governança sem governo.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram pesquisa bibliográfica, análise documental, e entrevistas mantidas com participantes na elaboração e/ou implementação das políticas e de *experts* na temática de educação superior.

Os resultados mostram o surgimento do Estado Avaliador, na década de 1980, desenvolvendo políticas de acreditação e/ou avaliação da educação superior que, embora inspiradas no modelo de acreditação estadunidense, apresentaram características próprias e estavam circunscritas aos Estados nacionais. Houve bastante influencia do Banco Mundial, inclusive com financiamento das políticas via empréstimos.

As políticas de educação geradas pelo Estado Avaliador levaram a um maior controle da educação superior, mas circunscrita aos Estados nacionais que, dadas as suas diferenças históricas, culturais, sociais e políticas criaram diferentes políticas de avaliação.

Podem se enxergar as transformações produzidas na apropriação e transformação do modelo de acreditação estadunidense, pelos traços nacionais seja nas Agências de Acreditação, seja nos

processos de acreditação (autoavaliação institucional e avaliação externa por meio de visitas de pares). Das Agências privadas, sem finalidade lucrativa, independentes e sem interferência do Estado, existentes no modelo estadunidense, para Agências estatais com forte presença governamental, compostas por representantes do poder não só executivo (Paraguai, França) como também legislativo (Argentina), nos países de matriz estadocêntrica, até outras Agências, compostas por organizações de universidades que elaboravam os parâmetros de avaliação (Holanda), similares ao modelo sociocêntrico estadunidense.

Mas, é interessante observar a mudança acontecida no século XXI, após o estabelecimento, em 1995, do Acordo Geral de Comércio e Serviços, da Organização Mundial do Comércio, que gerou um incremento importante da educação transnacional, especialmente a distância, em duas questões: a emergência de novas políticas (ou propostas) e a intervenção de novos atores na governança da educação superior: Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Unesco, Agências, universidades, empresas e jornais.

Assim, no século XXI, os processos de acreditação divulgados pelo modelo estadunidense (Agências, avaliação externa e autoavaliação) continuam a ser divulgados e assimilados nos processos nacionais de avaliação. Para tal, contribuem também as Diretrizes. Criadas por organismos internacionais (OCDE e Unesco), redes internacionais de Agências (INQAAHE, a rede internacional de Agências de Acreditação) ou ONG's (ENQA, a Agência de Acreditação europeia); todas divulgam a tríade – Agências de Acreditação, avaliação externa e autoavaliação (e as características que devem possuir) – como uma verdade “técnica” para garantir a avaliação da qualidade. Inclusive, as Diretrizes induzem essas práticas em diversas regiões e continentes (notoriamente África e Ásia) disseminando as políticas de acreditação pelo mundo.

Mas, para além das políticas de acreditação que não parecem mais garantir a qualidade (segundo a visão da OCDE), nova tendência se apresenta no século XXI: a do comparatismo competitivo. *Rankings* internacionais de universidades e resultados de provas (seja na forma do projeto *Ahelo – Avaliação dos resultados de aprendizagem na educação superior*), seja nos índices brasileiros: Índice Geral de Cursos (IGC) e Conceito Preliminar de Curso (CPC) que acenam com o halo técnico que os números emanam, com a garantia de melhor qualidade. (BARREYRO, 2018). Divulgados pela mídia, não parecem interessar seus próprios limites técnicos: permitem comparações entre instituições e cursos num mesmo ano e não em série histórica.

Assim, o surgimento dos *rankings* globais no começo do século visando hierarquizar as universidades de pesquisa ou de classe mundial conseguiu introduzir uma política global em escala institucional, com impactos na nacional e na regional (ROBERTSON; OLDS, 2012). Mas, talvez o mais surpreendente da questão seja o fato de os *rankings* serem elaborados por instituições como uma universidade (Shanghai Jiao Tong) ou uma empresa que publica uma revista (*The Times Higher*

Education) e até, em nível nacional, no Brasil, um jornal (*Ranking* Universitário da Folha – RUF) e de terem adquirido imediata legitimidade apesar de todas as muitas críticas que recebem por questões técnicas que até questionam seu caráter científico.

O projeto *Ahelo*, proposta de criação de uma prova global para avaliar os aprendizados dos alunos egressos da educação superior global, lembra o *Programme for International Student Assessment* (PISA) e, como este, teria impactos no âmbito nacional. Essa proposta nutre-se de experiências em âmbito nacional como provas aplicadas em diversos países, dentre os quais o Brasil (Provão e Enade). Independentemente de sua concreção, também mostra com clareza a atuação de uma das instituições globais: a OCDE como no Pisa que, desta forma, recorre a inquéritos estatísticos internacionais (AFONSO, 2013, TEODORO, 2016) numa estratégia de “governar por números” (TEODORO, 2016, p. 41).

Se no século XX, havia se destacado o Banco Mundial propondo políticas através de seus relatórios e financiando-as quando se ajustavam aos seus modelos, no século XXI, diversas organizações e instituições fazem parte da governança: desde organizações internacionais (OCDE, Unesco), passando por ONG's, Universidades, Empresas e Jornais.

Contudo, por enquanto, a prova global não saiu do papel, o que não quer dizer que não possam tornar-se realidade no futuro ou voltar a ser proposta.

Referencias

AFONSO, Almerindo J. Mudanças no Estado-avaliador: comparativismo internacional e teoria da modernização revisitada. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 53, jun. 2013.

BARREYRO, Gladys Beatriz. A avaliação da educação superior em escala global: da acreditação aos *rankings* e os resultados de aprendizagem. **Revista Avaliação**, Campinas, Sorocaba, aceito para publicação em março 2018.

DALE, Roger. Globalização e Educação: Demonstrando a Existência de uma “Cultura Educacional Mundial Comum” ou localizando uma “Agenda Globalmente Estruturada para a Educação”? **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004

DIAS SOBRINHO, José. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado**; sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento. Campinas, Casa do Psicólogo, 2005.

ROBERTSON S.; OLDS, K. **World University Rankings: on the new arts of governing (quality)**. Centre for Globalisation, Education and Societies, University of Bristol, UK, 2012.

TEODORO, António. Governando por números: os grandes inquéritos estatísticos internacionais e a construção de uma agenda global nas políticas de educação. **Em Aberto**, Brasília. v. 29, n. 98, p. 41-54, maio/ago 2016.